FLORIANÓPOLIS... Uma das melhores Cidades para criar os filhos...



Audiência Pública para Apresentar e Discutir as Metas para elaboração das Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 Audiência Pública é uma das Diretrizes do Programa de Governo denominado de "Modernização da Gestão Pública de forma Mais Transparente e Participativa".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições e em

conformidade com o parágrafo quarto, do artigo 9º e o parágrafo único, do artigo 48, ambos da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – LRF, faz saber a quem interessar possa, que fará realizar duas audiências, sendo a primeira para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais referentes ao terceiro quadrimestre do exercício de 2014 e a segunda para Apresentar e Discutir o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, no seguinte local, data e horário:

Local – Plenarinho da Câmara de Vereadores Rua Anita Garibaldi, nº. 35 – Centro Data - 15 de abril de 2015 Horário – 14:30 horas

Os cidadãos florianopolitanos ficam devidamente convocados a participarem desta Audiência Pública.

Florianópolis, (SC), 01 de abril de 2015.

CÉSAR SOUZA JÚNIOR Prefeito Municipal

PUBLICAÇÕES:

- Mural das Publicações da Prefeitura e demais Órgãos do Município;
- Jornal "Diário Catarinense" do dia 08 de abril de 2015;
- Jornal "Notícias do Dia" do dia 08 de abril de 2015;
- DOM-Diário Oficial do Município de Florianópolis do dia 07 a 15 de abril de 2015; e
- No Portal Página da Prefeitura.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00 - LRF

Art. 48 São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo Único A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, **lei de diretrizes orçamentárias** e orçamentos.

CRONOGRAMA

- Dia15/04/2015 Audiência
- Até o dia 30/04/2015 –
 Entrega do Projeto da LDO à
 Câmara de Vereadores
- <u>Devolução pela Câmara</u> Até o encerramento do 1º período da sessão legislativa.

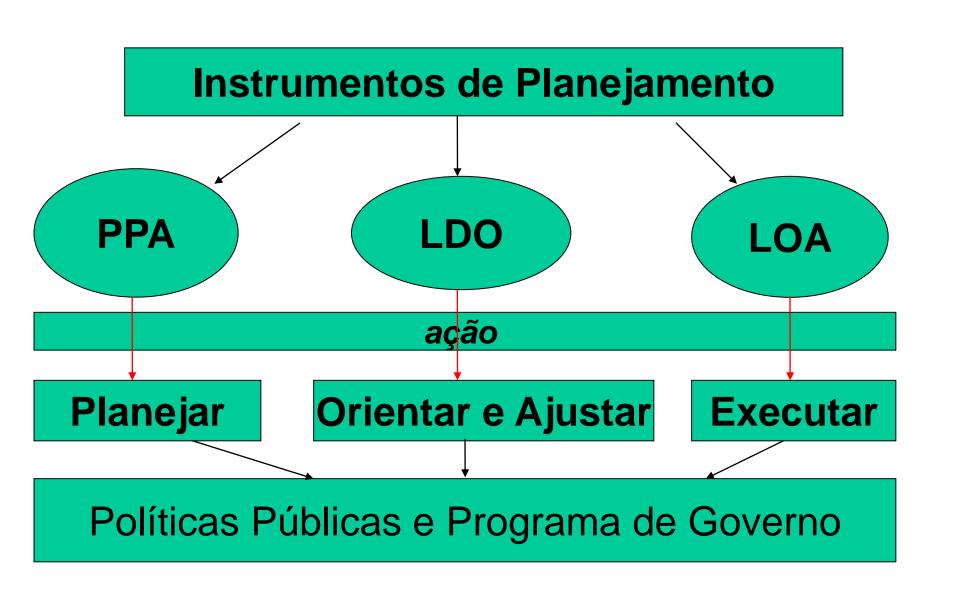
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

- Um conjunto de instruções, regras e diretrizes para à concretização de um plano de ação governamental, constituído de metas prioritárias...
- Um instrumento de planejamento, onde entre outros objetivos, destacam-se aqueles voltados para a elaboração, execução e acompanhamento do orçamento municipal para o exercício subsequente.

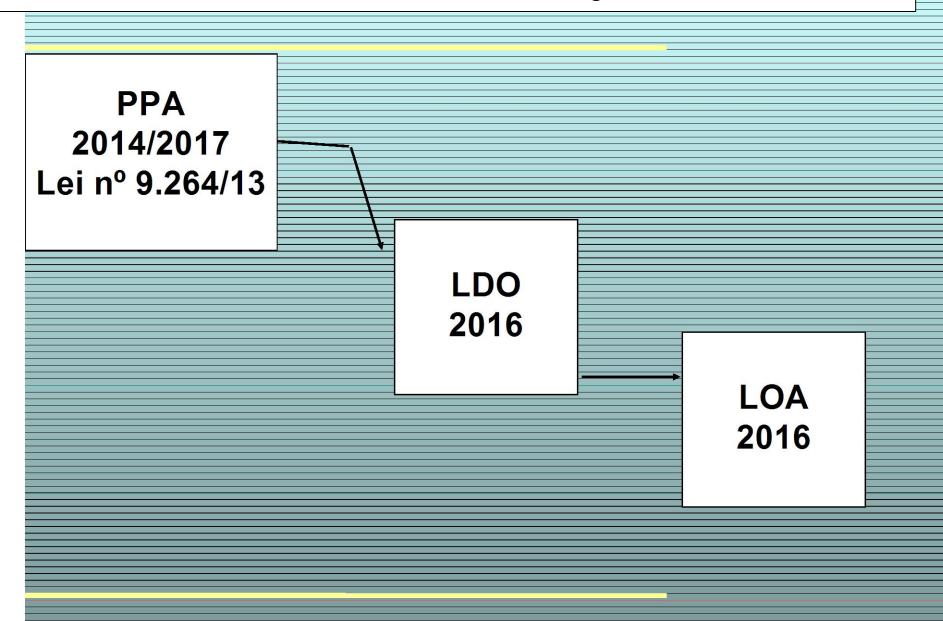
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

 A LDO prepara a base em que o Orçamento irá se assentar

 Funciona como elo de ligação entre o PPA e o Orçamento.



Instrumentos de Planejamento



DIRETRIZES ESTRATÉGICAS (PROGRAMAS DE GOVERNO)

- 1 "Plano Diretor baseado no Planejamento Socioambiental"
- 2 "Desenvolvimento Sustentável em consonância com a preservação dos diferentes ecossistemas que compõem o Município de Florianópolis"
- 3 "Desenvolvimento Econômico sustentável focado nas atividades mais intensivas em conhecimento e da economia criativa"
- 4 "Educação Pública em tempo integral"
- 5- "Cultura local valorizada em sua diversidade"
- 6 "Saúde Pública que atende as necessidades dos seus Cidadãos"

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- 7 "Inclusão Social como uma preocupação permanente"
- 8 "Segurança prioritariamente como uma ação do Poder Público"
- 9 "Mobilidade urbana centrada nos pedestres, ciclistas e usuários do transporte coletivo"
- 10 "Gestão Pública de forma mais transparente e participativa"
- 11 "Prática da Cultura, do Esporte e do Lazer valorizada".

A LDO para o exercício de 2016... Conterá Programas, Ações, Projetos e Produtos que proporcionarão ao Município de Florianópolis à realização de desafios:

- Promover o acesso à educação em período integral;
- Promover o acesso e melhoria nas condições de habitabilidade, acessibilidade e na mobilidade urbana;
- Promover ações de redução das desigualdades raciais, sociais e de qualquer outro tipo de discriminação;
- Promover o crescimento econômico com ampliação da renda familiar;

- Promover a melhoria na infraestrutura urbana e no saneamento básico;
- Promover melhorias nos transportes coletivos;
- Ampliar a assistência as crianças, aos adolescentes, aos idosos e as famílias;
- -Promover mecanismos de acesso à saúde médica, odontológica e ambulatorial;
- Promover a gestão e a qualidade ambiental, com ênfase ao uso correto dos recursos naturais;
- -Implementar políticas de defesa dos direitos da mulher;
- Implementar uma Gestão Pública com Controle, com Transparência e com Participação Popular;
- -Promover a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, dependentes e usuários de drogas e promoção à vida comunitária.

Projeto de Lei - LDO - 2016.doc

RECEITA 2013					
ITENS	Orçada	%	Reestimada	%	Variação em R\$ e % s/orçado
Recursos Próprios	1.180.988.901	48,22	1.028.606.080	66,97	(152.382.821) (12,90%)
Recursos Vinculados	1.268.385.142	51,78	507.354.000	33,03	761.031.142 (60,00%)
Recursos Totais	2.449.374.043	100	1.535.960.080	100	(913.413.963) (37,29%)

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS

EXERCÍCIOS	RECURSOS PR	ÓPRIOS	RECURSOS VI	NCULADOS	RECURSOS TO	OTAIS
2012	675.619.443	62,86	399.197.931	37,14	1.074.817.374	100
2013	807.882.200	69,82	349.195.740	30,18	1.157.077.941	100
% 2012/2013	19,58		(12,53)		7,65	
2014	881.590.542	66,55	443.028.963	33,45	1.324.619.505	100
% 2013/2014	9,12		26,87		14,48	
2015 Reestimado	1.028.606.080	66,97	507.354.000	33,03	1.535.960.080	100
% 2014/2015	16,68		14,52		15,95	
2016 Previsto	1.119.269.802	45,95	1.316.121.390	54,04	2.435.391.192	100

159,40

58,56

% 2015/2016

8,81

METAS TOTAIS DE RECEITA – 2016

Receita Bruta	R\$ 2	.509.992.101	100%
(-)Retenção ao FUNDEB	R\$	74.600.909	2,97%
(=)Receita Líquida	R\$ 2	.435.391.192	97,03%

 Total da Receita Líquida R\$ 2.435.391.192
 100%

 de Recursos Próprios
 R\$ 1.119.269.802
 45,59%

de Recursos Vinculados R\$ 1.316.121.390 52,44%

RECEITAS	2014 ARRECADADA	2015 ESTIMADA	2014/2015	2016 PREVISTA -LDO	% 2015/2016
IPTU	146.048.810	230.447.420	57,79	246.578.740	7,00
IRRF	58.334.4304	63.701.198	9,20	68.802.530	8,01
ITBI	68.057.017	74.442.380	9,38	80.397.770	8,00
ISS	216.922.991	243.162.237	12,10	272.374.607	12,01
TAXAS	53.097.815	58.180.394	9,57	63.375.633	8,93
FPM	87.215.868	95.460.419	9,45	105.498.273	10,52
ICMS	111.318.762	120.258.482	8,03	129.916.129	8,03
IPVA	52.681.572	56.434.264	7,12	60.473.094	7,16
IPI	1.721.324	1.867.104	8,47	2.025.229	8,47
DIV. ATIV. ACESS	52.701.396	55.863.480	6,00	59.257.083	6,07

Aplicação

Metas Função de Programa

- LEGISLATIVA	R\$ 57.244.020
---------------	----------------

- JUDICIÁRIA R\$ 9.751.000
- ADMINISTRAÇÃO R\$ 452.879.167
- SEGURANÇA PÚBLICA R\$ 44.753.626
- DESENV. SUSTENTÁVEL R\$ 5.000.000
- ASSIT. SOCIAL R\$ 86.043.500
- PREVIDENCIA SOCIAL R\$ 171.864.308
- SAÚDE R\$ 314.676.531
- TRABALHO R\$ 15.499.600
- EDUCAÇÃO R\$ 503.264.464

Metas Função de Programa

- CULTURA	R\$ 84.962.356
- URBANISMO	R\$ 703.154.387
- HABITAÇÃO	R\$ 131.119.827
- SANEAMENTO	R\$ 68.179.181
- GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 99.740.151
- CIÊNCIA E TECNOLOGIA	R\$ 14.941.000
- COMERCIO E SERVIÇOS	R\$ 4.690.000
- TRANSPORTE	R\$ 32.410.000
- DESPORTO E LAZER	R\$ 18.281.118

R\$ 52.284.625

- ENCARGOS GERAIS

META PARA EDUCAÇÃO – LDO 2016 Receita Base R\$ 1.078.467.975

Função Educação

R\$ 503.264.464 - 46,66%

Aplicação Legal

R\$ 269.616.994 - 25,00%

Meta Executivo

R\$ 323.540.392 - 30,00%

A Maior

R\$ 53.923.399 - 5,00%

METAS PARA AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE – LDO 2016

Receita Base R\$ 1.078.467.975

Função Saúde R\$ 314.676.531 - 29,18%

Aplicação Legal R\$ 161.770.196 - 15,00%

Meta Executivo R\$ 215.693.595 - 20,00%

A Maior R\$ 53.923.399 - 5,00%

METAS PARA PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS CONFORME LRF – LDO 2016

R. C. Liquida - Estimada R\$ 1.477.113.913

Limite Prudencial R\$	757.759.437	51,30%
-----------------------	-------------	--------

Limite Legal	R\$ 797.641.513	54,00%
--------------	-----------------	--------

Meta do Executivo R\$ 757.611.726 51,29%

METAS PARA O MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA – LDO 2016

(amortização do principal e juros)

R. C. Liquida – Estimada R\$ 1.477.113.913

Expectativa Máxima R\$ 73.855.695 - 5,00%

Limite Legal R\$ 169.868.099 - 11,50%

METAS PARA O LEGISLATIVO MUNICIPAL LDO 2016

Base: 5% das Receitas Tributárias (+) Transferências Constitucionais de 2015

Reestimada R\$ 1.144.880.409

Limite Legal

R\$ 57.244.020 - 5%

METAS PARA A COMCAP - LDO 2016 (recursos próprios)

R\$ 136.000.000 - 13,22%

ADMINISTRAÇÃO:

CÉSAR SOUZA JÚNIOR